

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/3781	5518/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 32903/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

RESOLUÇÃO

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 setembro na sua redação atual:

Submete-se a deliberação municipal o projeto “**Bio-MedTech Hub – Braga**”, cuja requerente é a empresa municipal **IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.**, com vista ao cumprimento o disposto na alínea c), do número 1, do artigo 68º do Regulamento do Plano Diretor Municipal aprovado em Assembleia Municipal de 16 de janeiro de 2026;

O projeto é objeto de candidatura ao **NORTE2030-2024-86**, pelo que **foi emitido parecer favorável condicionado de carácter não vinculativo** nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do **Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.

Dada a **urgência de apresentação do referido parecer junto da entidade de candidatura** remetemos o **mesmo a ratificação de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais**, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 32903/2025

REQUERENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

IB - AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M.

LOCAL DA OBRA: PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES

UNIÃO DE FREGUESIAS DE SÃO JOSÉ DE SÃO LÁZARO E SÃO JOÃO DO SOUTO

ASSUNTO: Parecer Prévio - Arquitetura - obras de edificação

1. Identificação da pretensão

1.1. A requerente, **IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.**, Empresa Municipal, com o NIF n.º **504 807 706**, com sede na **Avenida Dr. Francisco Pires Gonçalves, s/n, 4715-558 Braga**, vem:

1.1.1. Solicitar a emissão de **parecer prévio, não vinculativo**, da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do **Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.

1.2. De acordo com a memória descritiva apresentada, o edifício a construir destina-se à instalação de um equipamento dedicado à inovação em saúde e tecnologias biomédicas, com a designação **"Bio-MedTech Hub - Braga"**.

1.3. A pretensão incide sobre uma parcela de terreno de propriedade do Município de Braga, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo n.º **2300** e descrita na **2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga** sob o n.º **1518/20071120**.

1.3.1. No referido terreno existem outros equipamentos públicos, que perfazem uma área total de construção de **19.423,00 m²**, conforme descrição predial supracitada.

2. Instrumentos de gestão territorial aplicáveis

2.1. Enquadramento no Plano Diretor Municipal de Braga:

(Aviso n.º 11741, de 14 de outubro de 2015)

2.1.1. Planta de Ordenamento

- **Classificação e qualificação do solo:**
 - o EV1 – Solo urbanizado – Espaços verdes de utilização coletiva
 - o UI1 – Urbanização – Equipamentos
- **Estrutura Ecológica Municipal:** sistema húmido*
- **Hierarquia administrativa da rede viária:**
 - o Estrada Nacional desclassificada (a poente)
 - o Via distribuidora secundária (a poente)
- **Rede ciclável:** interurbana (a norte)
- **Sistema patrimonial:** Zona Especial de Proteção
- **Sensibilidade ao ruído:** Zona mista

2.1.2. Planta de Condicionantes

- **Condicionantes gerais:** sem condicionantes
- **Reserva Agrícola Nacional:** sem condicionantes
- **Reserva Ecológica Nacional:**
 - o Parcialmente sem condicionantes
 - o Parcialmente em Reserva Ecológica Nacional*
- **Risco de incêndio:** sem condicionantes

* A presente pretensão não se encontra abrangida por estas classificações e/ou condicionantes.

2.2. Enquadramento no Plano Diretor Municipal de Braga:

(2.º período de discussão pública – setembro de 2025)

2.2.1. Planta de Ordenamento



- **Classificação e qualificação do solo:** solo urbano | equipamento estruturante
- **Programação e execução:** solo urbano
- **Salvaguardas gerais:**
 - o Parcialmente em Estrutura Ecológica Municipal*
 - o Parcialmente em Estrutura Urbana Sociocultural*
- **Salvaguardas patrimoniais:**
 - o Património arquitetónico: Zona Especial de Proteção (classificado)*
 - o Património arqueológico: sem classificação
- **Mobilidade:**
 - o Rede viária funcional: via distribuidora secundária
 - o Infraestruturas de transporte público: TUB – linha de alta frequência
- **Zonamento acústico:** Zona mista
- **Riscos de cheias e inundações:**
 - o Parcialmente sem condicionantes
 - o Parcialmente em muito baixo risco*

2.2.2. Planta de Condicionantes

- **Condicionantes gerais:**
 - o Parcialmente sem condicionantes
 - o Parcialmente em margem de domínio hídrico*
- **Reserva Ecológica Nacional:** sem condicionantes
- **Reserva Agrícola Nacional:** sem condicionantes
- **Proteção ao risco de incêndio:** sem condicionantes

* A presente pretensão não se encontra abrangida por estas classificações e/ou condicionantes.

3. Servidões administrativas e restrições de utilidade pública:

3.1. Não se identificam servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que condicionem a presente pretensão.

4. Requisitos legais e regulamentares aplicáveis:

4.1. De acordo com o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga:

(Aviso n.º 11741, de 14 de outubro de 2015)

4.1.1. Nos termos do artigo 71.º, os espaços verdes de utilização coletiva correspondem a áreas destinadas a recreio e lazer, podendo assumir natureza pública ou privada.

4.1.2. Nos termos do artigo 72.º:

4.1.2.1. O uso dominante do terreno é o de **equipamento**, uma vez que nele se localiza o edifício **Forum Braga** (pavilhão, serviços de apoio, auditórios, restaurante, entre outros). Assim, os usos do edifício diretamente explorado pela IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., podem ser considerados uma extensão do uso dominante do terreno, porquanto se enquadram no respetivo objeto social, designadamente na alínea o), conforme consta da certidão permanente anexa a este processo, que se transcreve:

“Construir, implementar e gerir infraestruturas tecnológicas (centros e interfaces tecnológicos ou infraestruturas de acolhimento e valorização de atividades de ciência e tecnologia).”

4.1.2.2. Face ao exposto, e salvo distinta opinião, considera-se que a edificação é enquadrável no n.º 3 do referido artigo, e/ou regularizável através do procedimento de **Reconhecimento de Empreendimento Estratégico**, previsto nos artigos 31.º, 32.º e 33.º do Regulamento do PDM de Braga.

4.1.3. Nos termos do artigo 73.º:

4.1.3.1. O uso pretendido não se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 1, a qual prevê que “nestas áreas só são permitidas edificações destinadas a atividades complementares do espaço, como edifícios de apoio a atividades recreativas, culturais, lúdicas e educativas”.

4.2. De acordo com o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga:

(2.º período de discussão pública – setembro de 2025)

4.2.1. Nos termos do artigo 68.º:

4.2.1.1. O uso proposto enquadra-se no n.º 1 do referido artigo, o qual admite que “os



espaços de equipamentos estruturantes integrem os equipamentos de referência do município nas áreas do ensino e formação profissional, da saúde, do desporto, do religioso e do lazer, correspondendo a áreas com expressão territorial significativa”.

4.2.2. Nos termos do n.º 1 do artigo 69.º:

4.2.2.1. A proposta localiza-se num terreno com **110.824,50 m²** (registo predial) e **77.000,00 m²** (levantamento topográfico), com classificação única de solo urbano – equipamento estruturante. Atualmente, apresenta uma área de construção aproximada de **20.000,00 m²**, o que, aplicando a captação de **1 lugar de estacionamento por cada 50,00 m²**, corresponde a uma necessidade de cerca de **400 lugares**. O terreno dispõe atualmente de **656 lugares de estacionamento**, excedendo largamente a exigência regulamentar. Considerando que a nova operação urbanística apresenta uma área de construção de **5.187,84 m²**, a mesma pressupõe a existência de **104 lugares de estacionamento**, os quais se encontram já assegurados pelo parque existente. Assim, salvo distinta opinião, a proposta cumpre o disposto na alínea a) do artigo 69.º, conjugado com o artigo 78.º do mesmo regulamento.

4.2.2.2. A proposta apresenta um índice de impermeabilização de **77%**, pelo que o projeto de arranjos exteriores deverá ser revisto, garantindo um índice máximo de **70%**, de forma a cumprir o disposto na alínea b).

4.2.2.3. As pretensões nesta categoria de espaço estão sujeitas a aprovação da Câmara Municipal, nos termos da alínea c). O presente parecer será, assim, submetido ao Executivo Municipal para ratificação da aceitação da pretensão, sendo a respetiva deliberação oportunamente remetida para conhecimento da entidade requerente.

4.3. De acordo com o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga:

(proposta aprovada em Reunião de Câmara de 29 de dezembro de 2025 e em Assembleia Municipal de 16 de janeiro de 2026, em fase de publicação em Diário da República)

4.3.1. Nos termos do artigo 68.º:

4.3.1.1. O uso proposto enquadra-se no n.º 1 do referido artigo, o qual admite que “os espaços de equipamentos estruturantes integrem os equipamentos de referência do município nas áreas do ensino e formação profissional, da saúde, do desporto, do religioso e do lazer, correspondendo a áreas com expressão territorial significativa”.

4.3.2. Nos termos do n.º 1 do artigo 69.º:

4.3.2.1. A proposta localiza-se num terreno com **110.824,50 m²** (registo predial) e **77.000,00 m²** (levantamento topográfico), com classificação única de solo urbano – equipamento estruturante. Atualmente, apresenta uma área de construção aproximada de **20.000,00 m²**, o que, aplicando a captação de **1 lugar de estacionamento por cada 50,00 m²**, corresponde a uma necessidade de cerca de **400 lugares**. O terreno dispõe atualmente de **656 lugares de estacionamento**, excedendo largamente a exigência regulamentar. Considerando que a nova operação urbanística apresenta uma área de construção de **5.187,84 m²**, a mesma pressupõe a existência de **104 lugares de estacionamento**, os quais se encontram já assegurados pelo parque existente. Assim, salvo distinta opinião, a proposta cumpre o disposto na alínea a) do artigo 69.º, conjugado com o artigo 78.º do mesmo regulamento.

4.3.2.2. A proposta apresenta um índice de impermeabilização de **77%**, pelo que o projeto de arranjos exteriores deverá ser revisto, garantindo um índice máximo de **70%**, de forma a cumprir o disposto na alínea b).

4.3.2.3. As pretensões nesta categoria de espaço estão sujeitas a aprovação da Câmara Municipal, nos termos da alínea c). O presente parecer será, assim, submetido ao Executivo Municipal para ratificação da aceitação da pretensão, sendo a respetiva deliberação oportunamente remetida para conhecimento da entidade requerente.

5. Proposta de decisão

5.1. Nos termos do **Edital n.º 45/2026**, publicado no Diário da República, n.º 13, 2.ª Série, de 20 de janeiro de 2026, relativo à delegação de competências da Câmara Municipal no seu Presidente para o mandato autárquico 2025-2029, encontram-se excluídas as competências previstas nas alíneas a), b), c), e), i), j), k), m), n), o), p), s), u), z), aa), hh), oo), vv), aaa) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do **Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)**.



Em consequência, o presente procedimento deve ser submetido a **reunião do Executivo Municipal**.

5.2. O Plano Diretor Municipal de Braga (Aviso n.º 11741, de 14 de outubro de 2015) foi objeto de revisão durante o ano de 2025, tendo decorrido dois períodos de discussão pública. **O novo PDM foi aprovado em Assembleia Municipal em 16 de janeiro de 2026**, encontrando-se em fase de publicação em Diário da República, **já remetido à Imprensa Nacional da Casa da Moeda**, pelo que **o instrumento adquiriu eficácia e encontra-se estabilizado**.

5.3. O projeto integra uma candidatura ao **NORTE2030-2024-86**, tendo como promotora a empresa municipal IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., **sendo inequívoco o seu caráter estratégico e dinamizador para o Município de Braga**.

5.4. Face ao exposto, propõe-se a emissão de **Parecer Favorável Condicionado** à:

- publicação do Plano Diretor Municipal de Braga em Diário da República;
- correção do projeto de arranjos exteriores, nos termos do ponto 4.3.2.2.

5.5. Subsequentemente, e nos termos do ponto 5.1, a pretensão e o respetivo parecer serão remetidos à **Câmara Municipal para deliberação e ratificação**.

A Chefe de Divisão,

Data: 30/01/2026 14:30

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

